

Bird vê muita impaciência do Brasil no PPG-7

Banco diz que Programa de Proteção das Florestas Tropicais é experimental, e ainda se está aprendendo com as lições

Telma Pinto
de Manaus

Uma comissão de diretores e técnicos do Banco Mundial (Bird) criticou ontem a "impaciência" do governo brasileiro ao avaliar o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), que vem sendo financiado pelos sete países mais ricos do mundo desde 1995. A crítica foi feita durante o encontro preparatório para a Quarta Reunião do PPG-7 que começa hoje, em Manaus, promovida pelo Bird.

A "impaciência" a que o Bird se referia diz respeito às críticas do governo brasileiro quanto à demora na liberação de recursos estrangeiros e à participação mínima de alguns países do G-7, especialmente os Estados Unidos e o Canadá. O secretário da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, José de Seixas Lourenço, que coordenou as exposições de avaliação do encontro ontem, reclamou que o programa vem sendo sustentado basicamente pela Alemanha, que até agora repassou 60% do total de US\$ 174,3 milhões recebidos pelo governo brasileiro, e pela União Européia (UE), que já repassou 36,4%. Os Estados Unidos contribuíram, até agora, com apenas 3,8% e o Canadá, com 0,4%. Até meados de 1998, o PPG-7 tem um orçamento previsto de US\$ 250 milhões.

O diretor do Banco Central,

Gobind Nakani, chairman do encontro, disse que 25% do total de recursos previstos para o PPG-7 já foram liberados e o próprio governo brasileiro vem escolhendo as áreas prioritárias para a aplicação dos recursos, tanto na Amazônia como na Mata Atlântica. "É preciso que se entenda que essa é a maior e mais sistemática tentativa de se alcançar o desenvolvimento sustentável em todo o mundo", disse. Nakani enfatizou que o programa é piloto, portanto experimental, e que não há lugar para impaciência, uma vez que ainda se está aprendendo com as lições.

O coordenador do PPG-7 do

Banco Mundial, Robert Schneider, foi, entretanto, mais crítico. "Está errado se sentir impaciente", disse ele, admitindo que, em-

bora em determinados momentos o programa pareça estar recuando e isso desagrada o governo brasileiro, "os momentos de recuo são necessários." A precipitação, segundo ele, não é benéfica ao processo. "A razão pela qual ainda existem árvores nesta região é porque ainda é difícil trabalhar

aqui. Nunca pensamos em criar um programa irreal", disse.

Schneider e Nakani admitiram que um outro motivo de desapon-

tamento do governo brasileiro diz respeito à decisão do Bird de aprovar alguns projetos apenas parcialmente, por falta de informações adequadas.

Eles revelaram que, de cada grupo de dez projetos apresentados, entre um e três são devolvidos. "Isso tem sido bastante comum e, por isso, os projetos ficam atrasados

e, conseqüentemente, a liberação dos recursos também".

Mas não é só o governo brasileiro, que acaba de liberar R\$ 34,2 milhões aos estados e municípios participantes do PPG-7, o parceiro insatisfeito parcialmente com o programa. Para o Banco Mundial, as Organizações Não-Governamentais brasileiras (ONGs), que participam do PPG-7, não têm desenvolvido uma infra-estrutura suficiente que dê suporte aos programas financiados. Além disso, o governo brasileiro não tem avançado na elaboração de uma política unificada que case meio-ambiente e desenvolvimento.

As críticas às falhas da execução do programa não agradaram ao governador do Amazonas, Amazonino Mendes (PFL). "É lamentável que alguns países só façam cobrar. Eles (países doadores de recursos ao PPG-7) têm um problema sério de confiabilidade. Existe um certo preconceito, uma certa apreensão quanto à aplicação dos recursos", disse. O especialista-chefe para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial, Dennis Mahar, considerou que alguns, às vezes, esquecem que o Brasil recebe outros financiamentos internacionais fora do PPG-7 e o programa, portanto, não pode ser apontado como o salvador das atividades ambientais brasileiras.

Com frequência, os projetos apresentados pelo Brasil são devolvidos, por falta de informações adequadas

Documentação

Class. 10

28/10/98

9 m

7